



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. (Em milhares de Reais). Table with columns for Nota, 31/12/2017, and 31/12/2016. Rows include Ativo circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo circulante, Não circulante, Total do passivo.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. (Em milhares de Reais). Table with columns for Nota, Capital social, AFAC, Reserva de lucros legal, Lucro (prejuízos) acumulados, Total. Rows show changes from 2016 to 2017.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. (Em milhares de Reais). Table with columns for Nota, 31/12/2017, and 31/12/2016. Rows include Receita operacional líquida, Custos operacionais, Lucro bruto, Lucro antes do IR e da CS, Lucro líquido do exercício.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. (Em milhares de Reais). Table with columns for Nota, 31/12/2017, and 31/12/2016. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Investimentos, Financiamentos, Partes relacionadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)
1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Ijuí Energia S/A ("Companhia" ou "Ijuí") é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico", com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olímpia - na cidade de São Paulo - SP, e tem por objeto explorar o potencial de energia elétrica localizada no Rio Jui, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora, e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida pela Companhia e direcionada ao bem público de Investimento S.A. ("Alupar").

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 26 de fevereiro de 2018. 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2 Base de preparação e apresentação: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios contábeis relatados nessas demonstrações. 3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. 3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes créditos e débitos reconhecidos na demonstração do resultado. 3.1.2 Contas a receber de clientes: A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. 3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas liquidadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. 3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor. 3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017 e 2016, inclusive operações de hedge. 3.2 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. 3.3 Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.4 Imobilizado: O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. 3.5 Imposto de renda e contrapartida social: O imposto de renda e a contrapartida social são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. 3.6 Intangível: Software: O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI, a valor presente, e a contrapartida na conta de ativo intangível. O valor do UBP é trazido a valor presente até a data de entrada em operação, atualizado anualmente utilizando o método de preços de mercado. 3.7 Tributações: Atribuição de juros de 3,12% de Geografia e Estatística - BGEE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. 3.8 Tributações: 3.7.1 Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%. Esses tributos são calculados com base no regime de caixa e são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. 3.7.2 Imposto de renda e contrapartida social: O imposto de renda e a contrapartida social referentes ao resultado são calculados de acordo com a sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. 3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. 3.9 Dividendos: Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendos mínimo obrigatório

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. (Em milhares de Reais). Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Lucro líquido do exercício, Total do resultado abrangente do exercício.

foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo: 1. aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009; inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento. 2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento. 3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027. A Companhia possui os seguintes covenants estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados anualmente: Índice de capitalização >= 25%; Índice de cobertura de serviço da dívida >= 1,2. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). (b) As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos: 2019 13.169 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 Dívida Total 13.169 13.169 13.169 13.169 62.550 115.226

13. FORNECEDORES. Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Materiais e serviços, Retenção contratual, Liquidação negativa CCEE, Compra de energia - partes relacionadas.

14. PROVISÕES PARA GASTOS AMBIENTAIS. Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Passivo circulante, Não circulante.

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS. Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Passivo circulante, Não circulante.

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos julgamentos da administração de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que se entende terem probabilidade de perda provável. A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significativas para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota. (a) Perda provável: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. (b) Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2017 merecem destaques as seguintes demandas: Demandas Tributárias: não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. Demandas Cíveis: atualmente existem 12 processos de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 12.043 com natureza de risco possível de perda, valendo mencionar individualmente os seguintes: Ação Civil Pública nº 0033501320054047100 proposta pelo Núcleo Amigo da Terra Brasil em face da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler/RS - FEPAAM, União Federal, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEE-E/GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEE-DE, sendo que, o Estado do Rio Grande do Sul, e a Controlada Ijuí Energia S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. figuram como assistentes no processo. Trata-se de uma ação civil pública ajuizada com fito de discutir o licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas Passo São João (LP nº 71/2005-DL) e São José (LP nº 11/2005-DL). O valor em risco aproximado é de R\$ 1; - Ação Reversional nº 00818741920118190001 proposta pela empresa Naturasul em face da Companhia, na qual a autora requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 6.563; e - Reconvenção nº 10688729020138260100 proposta pela empresa Cotesa em face da Companhia, na qual a autora requer a cobrança por serviços imprestados e supervenientes. O valor em risco aproximado é de R\$ 5.16; Demandas Trabalhistas: atualmente existem 2 processos de natureza trabalhista, com valor em risco aproximado em R\$ 500. Demandas Arbitrais e Demandas Ambientais: não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. Demandas Regulatórias: atualmente a Companhia é Parte em processos de ordem regulatória, valendo mencionar o seguinte: Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 27834-41.2013.4.01.3400, atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta por Associação de Classe (APINE) contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas, fora do orden de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 2.743.

16. CAPITAL SOCIAL. Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Acionistas, Fundo de Investimento - FGTS, Total das ações.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA. Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Receita Bruta, Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE, Deduções, Receita operacional líquida.

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS. Table with columns for Nota, Custos, Despesas. Rows include Custos não gerenciais, Compensação financeira, UBP, Doações e contribuições, Custos gerenciais, Energia comprada, Seguros, Aluguéis, Pessoal, Honorários da diretoria, Serviços de Terceiros, Serviços de Terceiros - partes, Outros, Depreciação e Amortização, Total.

19. RESULTADO FINANCEIRO. Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Receitas Financeiras, Receita de aplicações financeiras, Outros ganhos financeiros, Despesas Financeiras, Encargos sobre empréstimos e financiamentos, Outros, Total Líquido.

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planejamos adotá-las de forma antecipada. Pronunciamento, Descrição, Vigência: CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes; Refere-se a convergência do IASB sobre reconhecimento de receita; Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil; Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial; Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Numeração disponível, Aplicação financeira, Saldo em 31/12/2017, Saldo em 31/12/2016.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Circulante, Não circulante, IRRF, CSLL, PIS, COFINS, Outros.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Suprimento de energia elétrica, Liquidação positiva CCEE, Saldo em 31/12/2017, Saldo em 31/12/2016.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Circulante, Outros, Não circulante, IRRF, CSLL, PIS, COFINS, Outros.

9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Ativo circulante, Prêmio de seguros - diversos, Prêmio de seguros - risco hidrológico, Ativo não circulante, Prêmio de seguros - risco hidrológico.

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Taxa, Adições, Baixas, 2017, 2016. Rows include Em serviço, Terrenos, Reservatórios, Edificações, Máquinas, Veículos, Móveis, Depreciação, Reservatórios, Edificações, Máquinas, Veículos, Móveis, Total do imobilizado líquido.

11. INTANGÍVEL

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Em serviço, Serviço, Software, Outros intangíveis, Uso do bem público - UBP, Total do custo do intangível, Amortização, Outros intangíveis, Uso do bem público - UBP, Total da amortização, Total do intangível líquido.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Instituições, Vencimento, Taxa, Encargos, Principais, 2016, 2017, 2016, 2017. Rows include BNDES, UBP, Doações e contribuições, Custos gerenciais, Energia comprada, Seguros, Aluguéis, Pessoal, Honorários da diretoria, Serviços de Terceiros, Serviços de Terceiros - partes, Outros, Depreciação e Amortização, Total.

13. FORNECEDORES

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Materiais e serviços, Retenção contratual, Liquidação negativa CCEE, Compra de energia - partes relacionadas.

14. PROVISÕES PARA GASTOS AMBIENTAIS

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Passivo circulante, Não circulante.

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Passivo circulante, Não circulante.

20. PARTES RELACIONADAS

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Passivo circulante, Prestação de serviços - AF Energia S.A., Dividendos declarados aos acionistas, Passivo não circulante, AFAC - Alupar Investimento S.A., Demonstrações do resultado, Compra de Energia Elétrica - Alupar, Compra de Energia Elétrica - Ferreira Gomes, Prestação de serviços - AF Energia S.A., Encerramento do Contrato - Valor do Contrato - Saldo devedor do contrato em 31/12/2017, Benefícios de curto prazo (a), Remuneração do conselho, Total.

21. IMPOSTO DE RENDA E CS CORRENTES

Table with columns for 31/12/2017 and 31/12/2016. Rows include Lucro Antes do IR e CS, Apuração Lucro Real, Lucro Antes do IR e CS (+/-) adições/exclusões, (-) Compensação de Prejuízo Fiscal, Base de Cálculo IR e CS, Apuração Lucro Real e Resumido, Ajuste líquido, Receita financeira, Base de cálculo IR e CS, Alíquota, Alíquota de adicional IRPJ, Outros ajustes, Total dos tributos correntes, Alíquota efetiva.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. 22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros: As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. Encargos de serviços de terceiros, ações e equivalentes de caixa

A Diretoria

Contadora: Patrícia Nalini Savio Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da Ijuí Energia S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ijuí Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ijuí Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas**

demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas

dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador - CRC 1SP160482/O-6